

# Relatório Final

Petição n.º 622/XIII/4ª

**Relator: Deputado**

**Cristóvão Norte (GP - PSD)**

**1.º Peticionário:** Plataforma  
Alentejo

N.º de assinaturas: 6 257



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

---

## **ÍNDICE**

- I. Nota Prévia**
- II. Objeto da Petição**
- III. Análise da Petição**
- IV. Diligências Efetuadas**
- V. Opinião do Relator**
- VI. Conclusões e Parecer**

## **I – Nota Prévía**

A petição 622/XIII/4.<sup>a</sup>, tem como primeiro peticionário a Plataforma Alentejo, conta com 6 257 assinaturas, e deu entrada na Assembleia da República em 11 de abril de 2019, endereçada ao Presidente da Assembleia da República, e baixou à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação a 30 de abril de 2019 para apreciação, com Nota de Admissibilidade datada de 5 de maio de 2019, sendo designada relatora a deputada Heloísa Apolónia (PEV), a qual procedeu a elaboração de Relatório Intercalar em 5 de julho de 2019.

Já na presente legislatura a petição desceu à Comissão Parlamentar de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação em 14 de novembro de 2019, sendo designado deputado relator o signatário.

## **II – Objeto da Petição**

A Petição n.º 622/XIII/4.<sup>a</sup> deu entrada na Assembleia da República por via eletrónica, acompanhada de 6.257 assinaturas, apresentando os peticionários um conjunto de prioridades para o desenvolvimento sustentável da região do Alentejo, visando fundamentalmente o Plano Nacional de Política de Ordenamento do território (PNPOT) e o Programa Nacional de Investimentos (PNI2030).

Para além do texto da petição propriamente dita, os subscritores acrescentam um conjunto de quatro anexos, com exposições e dados complementares para sustentar a sua pretensão perante o Parlamento, que incluem informação da autoria do engenheiro Élio Bernardino e do Dr. Nuno Marques da Costa, do Centro de Estudos Geográficos, IGOT-UL.

A presente petição cumpre todos os requisitos formais, nomeadamente quanto ao objecto, que se encontra devidamente especificado, estando presentes os requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9.º e 17.º da Lei 43/90, de 10 de agosto - Exercício do Direito de Petição -, na redacção dada pelas, Lei n.º 6/93, de 1 de março, Lei n.º 15/2003, de 4 de junho e Lei n.º 42/2007, de 24 de agosto.

### III – Análise da Petição

Conforme se pode ler no Relatório Intercalar:

*“Ao conjunto dos subscritores da Petição n.º 622/XIII/4ª, que são membros de diversas organizações empresariais, entidades públicas, movimentos de cidadania e cidadãos individuais civicamente empenhados, os peticionários denominaram-se simbolicamente de Plataforma do Alentejo. À Petição associam o lema “Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo nas ligações nacionais e internacionais.”*

*A Petição debruça-se sobre a área das acessibilidades e dos transportes, área que os peticionários consideram fundamental para atingir:*

- O desenvolvimento sustentável de toda a região do Alentejo;*
- A coesão social, territorial, ambiental e energética do Alentejo, com claros benefícios para todo o território nacional.*

*Perante esta abordagem, solicitam à Assembleia da República que assuma como prioridades:*

- Inscrever no PN POT a ligação ferroviária Sines-caia por Beja, beneficiando a exploração ferroviária de via dupla não convencional já existente entre Sines/Ermida-Ourique/Funcheira-Beja-Casa Branca/Évora-Évora/Caia-Portalegre/Abrantes, com terminais de mercadorias em Vendas Novas, Évora e Estremoz. Os peticionários salientam que esta aposta ferroviária terá um impacto positivo na diminuição do transporte rodoviário. Para além disso, os peticionários pretendem que o PN POT considere o aeroporto internacional de Beja como parte integrante do sistema aeroportuário nacional, complementar a ao aeroporto de Faro e aos aeroportos da Andaluzia e da Estremadura, em Espanha. Os peticionários salientam que este aeroporto representa uma vantagem para os voos intercontinentais e é um suporte importante para a economia do Alentejo, sendo também um suplemento para o aeroporto de Lisboa.*
- Inscrever no PNI2030 a eletrificação e modernização da linha ferroviária Sines-Ermida-Ourique/Funcheira-Beja-casa Branca/Évora-Caia-Portalegre-Abrantes, com vantagens que os peticionários salientam, como o facto de permitir a circulação em velocidade alta, com a mutualização da infraestrutura, o facto de potenciar investimentos já realizados, como os terminais ferroviários de Vendas Novas, Évora e Estremoz, bem como o Empreendimento de Fins*

---

*Múltiplos de Alqueva. Potencia simultaneamente, a circulação de mercadorias entre Sines e a Europa, permitindo também desanuviar vias ferroviárias que devem estar mais vocacionadas para o transporte rápido e eficaz de passageiros. Para além disso, os peticionários consideram que o PNI2030 deve também contemplar a criação de condições para o bom funcionamento do aeroporto internacional de Beja, com a sua inserção no cluster aeronáutico do Alentejo.*

*- Pôr em funcionamento um conjunto de vias rodoviárias do Alentejo, concluindo as obras da A26, abertura de imediato do troço entre a A2 e o sítio da Malhada Velha, equacionando a beneficiação da ligação Beja-Ficalho, no mínimo em perfil de IP8. Os peticionários solicitam também o início da ligação da A6 à A23, integrando o IP2 requalificado na ligação entre o nó da A6, Estremoz-Portalegre, e o nó da A23, valorizando as inserções urbanas ao longo do traçado.*

*- Lançar, de imediato, um concurso público para os estudos e projetos indispensáveis para a eletrificação e modernização da linha ferroviária do Alentejo e ramais de Leste entre Abrantes, Ponte de Sôr, Portalegre e Elvas-Caia, incluindo os terminais ferroviários em Vendas Novas, Évora e Estremoz, fundamentais para a economia e a circulação de mercadorias.*

*De registar que, entretanto, decorreu o processo legislativo relacionado com a aprovação do PNPOT, resultante da Proposta de Lei n. 148/XIII/3.<sup>a</sup>, aprovada com os votos favoráveis do PS e do Deputado não inscrito (Paulo Trigo Pereira), com a abstenção do PSD, BE, CDS-PP, PEV e PAN, e com os votos contra do PCP. Foi também aprovada uma recomendação ao Governo sobre o PNI2030, apresentada pela Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, a partir do projeto de Resolução n.º 1939/XIII/4<sup>a</sup> do PS, que obteve os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e deputado não inscrito, a abstenção do BE e do PAN e os votos contra do PCP e do PEV.*

*Refira-se que no âmbito do processo legislativo do PNPOT, a Plataforma Alentejo foi ouvida pelo Grupo de Trabalho constituído no seio da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, no dia 27 de março, de 2019, tendo aí ficado registadas as suas preocupações e reivindicações perante o Parlamento.»*

## IV – Diligências efetuadas

### a) Audição dos peticionários em 21.06.2019

O registo desta audição pode ser consultado [Aqui](#).

### b) Audição dos Peticionários em 19.01.2021

**Entidade:** 1.º Peticionário da Petição n.º 622/XIII/4.ª [Plataforma Alentejo, representada por Claudino Matos]

**Assunto:** Apresentação de um conjunto de prioridades para o desenvolvimento sustentável da região do Alentejo

**Deputados presentes:** Deputados Cristóvão Norte (PSD), relator, Telma Guerreiro (PS), Isabel Pires (BE) e João Dias (PCP).

A Audição foi antecedida por uma Apresentação prévia por parte dos Peticionários, em *powerpoint*, e que se anexa ao presente Relatório.

Foi ainda elaborado um Relatório da Audição dos Peticionários pelos serviços de apoio à Comissão, em 4 de março de 2021, o qual se transcreve:

*«Preocupações expressas: Os peticionários começaram por agradecer a possibilidade de serem ouvidos em audição, disponibilizaram uma apresentação e informaram que a delegação era constituída pelo Senhor Claudino Matos, pelo Senhor José Soeiro, pelo Professor Manuel Tão, pelo Senhor João Paulo Trindade, pelo Senhor João Lopes Baptista, pelo Senhor Armando Varela e pelo Senhor Filipe Pombeiro.*

*O peticionário Claudino Matos explicou que a Plataforma Alentejo visa afirmar uma estratégia integrada de acessibilidades sustentável do Alentejo nas ligações nacional e internacional. Saliu que a inicial intenção de constituição da Plataforma foi a inscrição de propostas na fase de discussão do PNOT e do PNI2030. De seguida, apresentou as entidades que se associaram na constituição da Plataforma Alentejo. Referiu existirem um conjunto de rodovias incompletas, realçou o porto de Sines e o aeroporto de Beja como eixos fundamentais, culminou registando a falta de acessibilidades ao interior do país. Apresentaram as seguintes propostas rodoviárias: a criação de uma ligação entre o nó de Nisa (A23) e a A6,*

*com o intuito de ligar o Norte Alentejo a Évora; no Baixo Alentejo falta a conclusão dos troços do IP8 a renovar até Vila Verde de Ficalho. Acerca da ferrovia realçou ser fundamental a eletrificação e a conexão da Linha do Alentejo com a Linha do Algarve, assim como a ligação Abrantes-Portalegre-Caia, e a criação de terminais ferroviários no troço em construção Sines-Caia. Destacou que o Alentejo, em particular o seu interior, é das regiões mais carenciadas em termos de infraestruturas. Salientou a centralidade do aeroporto de Beja no sul do país, referiu que há de ocorrer uma retoma da aviação civil após a pandemia, assim considerou a necessidade de viabilizar o aeroporto de Beja como constituinte fundamental do hinterland ibérico. Por fim, salientou que os investimentos para o Alentejo podem ser financiados com uma comparticipação até 90%, através do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, por se tratar de uma região enquadrada no Objetivo 1, a que acresce as anunciadas verbas do Plano de Recuperação e Resiliência, a denominada bazuca.*

*O Senhor Deputado João Dias (PCP) cumprimentou os peticionários, felicitou a iniciativa, a qual considerou bastante pertinente, destacou as questões elencadas no âmbito da mobilidade, e salientou que o GP PCP tem acompanhado e valoriza as reivindicações da Plataforma Alentejo, quer no âmbito da ferrovia como na utilização aeroportuária. Deu conta da visão alargada, apresentada pelos Peticionários, em termos de acessibilidades para o Alentejo, nesse sentido começou por abordar a não conclusão das obras do IP2, há cerca de 9 anos, o que possibilitaria a melhoria da mobilidade entre Portalegre e Évora. Afirmou que não basta a apresentação de estudos por parte do Governo, mas sim a sua materialização, nesse sentido explanou, com reservas, sobre potenciais atribuições de fundos ao Alentejo oriundos da designada bazuca europeia. Afirmou que a região não precisa de favores, porém deve ter acesso ao que lhe é legítimo por direito. Considerou fundamental a eletrificação e modernização de toda a linha do Alentejo, vincando que tal deve ocorrer na sua totalidade e não de forma parcial, indo ao encontro dos interesses económicos e sociais dos seus habitantes. Em seu entender, considerou essencial a valorização do aeroporto de Beja, nomeadamente com a concretização da variante ferroviária na linha do Alentejo e observou que no último estudo já foi atendida. Prosseguiu, defendendo que os alentejanos devem ser servidos pelo IP8, totalmente renovado e com duas vias de trânsito em cada sentido, em detrimento da modalidade preconizada pela A26. Observou as atuais condições de degradação do IP8, designadamente o mau estado do asfalto, a ausência de bermas e com um sinal de perigo a cada 100 metros. Acerca dos projetos anunciados para o IP8, demonstrou preocupação com as obras de arte que ficaram por concluir em 2012, levantou a questão se ocorrerá a recuperação do traçado em construção, que ficou parada, até Beja, ou se apenas ocorrerá a*

*revitalização do atual traçado do IP8. Por fim, questionou os Peticionários se consideram ser imprescindível não falhar o ano de 2021 com vista a preparação dos projetos para a obtenção de fundos, para que os mesmos possam ser efetivos no terreno.*

*Por sua vez, a Senhora Deputada Telma Guerreiro (PS), após cumprimentar os peticionários, agradeceu o trabalho refletido da Plataforma Alentejo, destacou o forte contributo promovido em prol do desenvolvimento do Alentejo. Observou que o espírito das Petições é dar vós aos cidadãos e às regiões e invocou o espírito positivo inerente à mobilização das populações. Afirmou a esperança das populações associada a um momento de oportunidades, decorrente das possibilidades de financiamento europeu para a concretização de projetos nacionais. Frisou a vontade de investir por parte do Governo, nesse sentido enumerou os investimentos na ferrovia, nomeadamente o troço Évora-Elvas, a modernização e eletrificação do troço de linha ferroviária entre Casa Branca e Beja, a potencial criação de uma variante ao aeroporto de Beja e a possibilidade de revitalização da linha do Alentejo. Salientou que não há desinvestimento na região, pelo contrário ocorre a possibilidade de reivindicar e afirmou que se associa às causas expostas pelos Peticionários.*

*Usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Pires (BE), que, após cumprimentar os peticionários, agradeceu o estudo apresentado pela Plataforma Alentejo e referiu complementar as reivindicações da AMA Alentejo. Salientou o trabalho de reflexão e de elaboração de propostas concretas e fundamentadas, no seu entender devem os GP acompanhar através da apresentação de iniciativas legislativas. Afirmou que o GP BE já apresentou iniciativas no âmbito da ferrovia, sem prejuízo de um trabalho de estudo mais aprofundado sobre o plano ferroviário nacional. Destacou que a ferrovia é um desafio nacional e que os projetos a desenvolver devem estar interligados e dar resposta às necessidades de todos os distritos. Observou que os investimentos a concretizar devem favorecer a mobilidade dos cidadãos e contribuir para o desenvolvimento económico das regiões. Ressalvou os investimentos rodoviários apresentados, destacou a primazia dada à ferrovia, nesse sentido questionou quais os investimentos considerados prioritários.*

*Tornou a usar da palavra o peticionário Manuel Tão para agradecer o apoio evidenciado pelos Partidos presentes acerca das pretensões expressas. No que concerne à ferrovia, até 2030, observou ser patente o projeto em curso entre Évora e Elvas, porém a modernização e eletrificação da linha do Alentejo permitirá retomar um sistema ferroviário a Sul do Tejo, atualmente muito débil. Frisou se o objetivo for considerar a linha do Alentejo como um ramal a Beja vão continuar a*

*prevaler os problemas estruturais. Levantou dúvidas acerca da modalidade de financiamento, observou que Portugal vai ter acesso a cerca de 10 mil milhões de euros até 2030, destacou que apesar do investimento de 6 mil milhões de euros destinado ao corredor atlântico, sobram 4 mil milhões de euros que podem ser empregues em diversos investimentos ferroviários. Fazendo fé ao estudo da Refer de 2015 explicou que o investimento necessário para a requalificação da linha do Alentejo rondará os 200 milhões de euros. Afirmou que materializar a ligação ferroviária a Beja através de um ramal pouco benefício trará à região e não atenderá às necessidades do crescimento logístico do Porto de Sines. Explicou a relevância de uma visão abrangente, referiu a premência em projetar o hinterland na Extremadura espanhola, bem como apresentar modelos de desenvolvimento integrados com a dinâmica territorial. Afirmou existir a Sul do Tejo um défice de profundidade territorial, salientou a pertinência do Alentejo em ganhar escala, em valorizar as suas potencialidades, em suprimir as distâncias temporais e integrar-se nas dinâmicas territoriais do Algarve e da Extremadura espanhola. Em seu entender, considerou ser fundamental suprimir até 2030 as debilidades existentes no Alentejo, para tal contribuíram os investimentos na ferrovia e a melhoria das acessibilidades rodoviárias. Acerca da rodovia observou o atual ponto de situação da A26, referindo corresponder a um sistema viário inacabado. Observou que as infraestruturas correspondem a agentes catalisadores da intervenção humana num espaço mais vasto, que transcende as fronteiras regionais, dentro de Portugal, e entre estados membros, Portugal e Espanha. Por fim, salientou a necessidade de aglutinar os ativos da região e criar escala, observou que só assim será possível criar emprego e potenciar o investimento.*

*Finalmente, o relator agradeceu aos peticionários e informou-os dos trâmites subsequentes na apreciação da petição.»*

O registo desta audição pode ser consultado [Aqui](#).

## **V – Opinião do Relator**

Sendo a opinião do Relator de elaboração facultativa, nos termos do artigo 137.º do Regimento, o Deputado Relator exime-se de emitir quaisquer considerações adicionais sobre a petição em apreço.

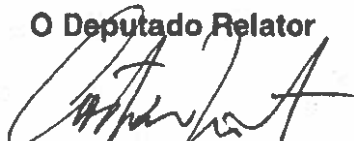
## VI - Conclusões e Parecer

Face ao exposto, a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação emite as seguintes conclusões e parecer:

- O objeto da petição é claro e está bem especificado, encontrando-se devidamente identificados os peticionários, e estando reunidos todos os demais requisitos formais e de tramitação previstos no artigo 9.º da Lei de Exercício do Direito de Petição;
- Contando com 6.257 subscritores, a sua audição assume carácter obrigatório nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º, a qual ocorreu em 21.06.2019, sendo seguida de Relatório Intercalar em 5.07.2019 ainda no decurso da XIII Legislatura;
- Redistribuída já na XIV Legislatura à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação em 14.11.2019, foi objeto de nova audição dos peticionários em 19.01.2021;
- Nos termos da alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 24.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei do exercício do Direito de Petição, é a mesma objecto de publicação obrigatória em Diário da Assembleia da República, devendo ser remetida, ao Presidente da Assembleia da República, para efeitos de agendamento da sua apreciação em Plenário.

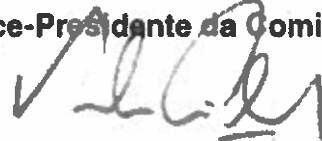
Palácio de S. Bento, 24 de maio de 2021.

O Deputado Relator



(Cristóvão Norte)

O Vice-Presidente da Comissão



(Pedro Coimbra)